



O projeto de parentalidade e suas consequências na existência do ser humano: Uma reflexão a partir da perspectiva religiosa

The parenting project and its consequences in human existence:
Some reflections from the religious point of view

Waldir Souza*
Renato Barbosa Santos**

Resumo

Gerar um filho é gerar uma vida. No processo geracional estão embutidas várias implicações e consequências tanto para quem gera, quanto para quem é gerado. Para o casal, o nascimento de um filho é o fruto inquestionável de sua união. Entretanto, também deve ser fruto da vontade, do cuidado e do amor desse casal. Um ser humano que se sente amado e querido por seus pais será o reflexo de uma existência radicada no amor e por isso, uma presença amorosa. Deste modo, o estudo a respeito do projeto de parentalidade tem como proposta colaborar na reflexão a respeito da totalidade do ser humano a partir de uma existência ainda como intenção, que se desenvolve no encontro de um pai e uma mãe que desejam como fruto de seu amor, gerar aquele ou aquela que já é por eles amado, amada. Trata-se de um ato de amor que constrói de maneira consciente a existência de uma humanidade plenamente consciente de si em virtude da consciência e da vontade de quem quis gerá-la. A religião tem um forte apelo na maneira com que o ser humano se relaciona com o projeto de parentalidade.

Palavras chave: Teologia. Bioética. Parentalidade. Família. Religião.

Abstract

To generate a child is to generate a life. In the generation process are embedded several implications and consequences both for those who generate and for those who are generated. For the couple the birth of a child is unquestionably the fruit of their union. However, it should also be the result of the will, the care and the love of this couple. A human being who feels loved and cherished by its parents will be the reflection of a life based in love and therefore, a loving presence. Thus, the study about the parenting project is proposing to collaborate in thinking about the whole human being from his/her intent before his/her existence, which develops from the encounter of a father and a mother who desire as the fruit of their love to generate the one that is already beloved by them. It is an act of love that builds consciously the existence of a fully self-conscious humanity by the virtue of consciousness and the will of those who wanted to generate it. Religion has a strong appeal in the way that human being relates itself with the parenting project.

Keywords: Theology. Bioethics. Parenting. Family. Religion.

Artigo recebido em 13 de maio de 2013 e aprovado em 16 de setembro de 2013.

* Doutor em Teologia. Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no Programa de Pós-graduação em Teologia. País de origem: Brasil. E-mail: waldir.souza@pucpr.br

** Mestre em Teologia. País de origem: Brasil. E-mail: renato.barbosa@pucpr.br

Introdução

A existência de uma espécie ocorre pela manutenção de sua permanência através da procriação. Para os outros animais, essa procriação é estimulada pelos períodos de cio quando os machos procuram suas fêmeas para acasalar. O que em muitos casos ocorre após a disputa entre machos que requisitam o direito à cópula. Se observarmos de maneira adequada, será possível verificar que o ser humano, apesar de gostar de se considerar mais evoluído do que os outros animais, não se distancia muito da realidade deles. A reprodução humana, na atualidade, normalmente ocorre a partir de uma relação que se inicia em um namoro que pode evoluir a uma união que conseqüentemente terá como resultado a geração de filhos e ou filhas. Nesse namoro, a animalidade humana acaba sendo suprimida de certa maneira. Contudo, quando trazemos à lembrança questões como, por exemplo, dos casamentos decididos não pelos nubentes, mas pelos seus familiares, a perspectiva do amor fica em segundo ou terceiro plano, por questões peculiares às mais diversas perspectivas culturais. O resultado da união entre um homem e uma mulher poderá ter como conseqüência a geração de filhos e filhas, o que na verdade não pode ser considerado como algo decididamente certo, devido aos diversos problemas que podem ocorrer no que diz respeito às questões ligadas à fertilidade.

Entretanto, gerar uma vida é sempre algo cercado de muitas responsabilidades e conseqüências. Este artigo buscará abordar o conceito de parentalidade, diferente de paternidade que acaba caindo num conceito ideológico patriarcal, visando aqui refletir justamente sobre a importância do envolvimento direto do pai e da mãe nesse projeto. Tendo em vista que um ser humano merece ser visto como um ser que é fruto do amor de um pai e de uma mãe e não fruto do acaso ou de um descuido, que tem conseqüências indesejadas, e, apesar disso parecer utópico e até ingênuo, o contrário disso tem se revelado como conseqüentemente dramático na existência humana. Buscar-se-á aqui, uma reflexão a partir do ser humano como alguém querido e amado por aqueles que o geram e cuidam. Vislumbrar a vida como ato de amor é reconhecer nela o que de fato a identifica. Nesse sentido, um projeto de parentalidade se torna a grande

possibilidade de ser cocriador com Deus (SANCHES, 2007, p. 140), bem como a possibilidade da autorrealização enquanto ser que se relaciona e se faz presente no mundo a partir de relações que tem por base o cuidado e o amor. Isto é uma rica experiência religiosa, contemplada nas grandes tradições.

1 A parentalidade como projeto

Quando se traz à tona o tema do projeto de parentalidade, ou seja, o projeto de um casal em tornar-se pai e mãe, rapidamente podemos identificar os mais diversos vieses que possibilitam discussões e pesquisas riquíssimas. As relações parentais trazem em si uma carga de atos e consequências de peso inestimável que afetam diretamente o ser em todo seu tempo.

Epicuro, filósofo grego, já em seu tempo, afirmava que “Um todo indissolúvel de conhecimentos e de instruções é dirigido para um centro único: o Eu do homem, cuja condição de felicidade completa, a eudemonia, deve ser criada”. (EPICURO, 2005, p. 24). A partir disso podemos refletir que uma existência feliz é num primeiro momento, responsabilidade de quem cria e cuida. Ou seja, a parentalidade não pode ser tratada como se fosse um acontecimento ocorrido sem a plena participação de todos os envolvidos nesse processo que deve nascer a partir de um projeto. Sentir-se querido e amado é uma necessidade inata e a satisfação, bem como a falta da saciedade dessa necessidade, produz efeitos que interferem radicalmente no desenvolvimento do ser humano (WINNICOTT, 2005). A percepção de ser ou não querido impõe marcas muito profundas no caráter e, conseqüentemente, na totalidade da existência do ser humano no mundo, influenciando profundamente sua forma de agir e reagir aos encontros e desencontros nas diversas relações que terá durante toda a sua existência. Sentir-se querido desde sua existência mais básica, da intenção de seu existir a partir de um ato de amor e não como fruto do acaso de uma relação simplesmente carnal e ocasional, é fundamental para um existir feliz e pleno. Esse sentimento dá ao ser

humano a segurança necessária em seu existir no mundo em relação com os outros e com o mundo. O ser querido e amado não se preocupa em conquistar espaços que pertencem a outros. Ele tem consciência que já é dono de seu espaço no mundo. Espaço este que está sempre em relação com os outros e também a partir do convívio saudável com seu meio. Fora disso, o que há é competição e luta pela sobrevivência a partir de uma interpretação do mundo como arena de luta e sobrevivência. Não confundamos isso com o impulso natural do ser humano em evoluir e construir um mundo cada vez melhor, pois essa é uma característica que demonstra uma atitude positiva diante dos desafios que encontramos em nossa existência.

Martin Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo*, nos permite refletir que o cuidado, ou cura, é fundamental desde o momento do planejamento da concepção do ser, bem como é marcado por esse cuidado enquanto ser: “O ser no mundo tem a cunhagem da cura, na medida do ser.” E esclarece que considera cura como cuidado e dedicação (HEIDEGGER, 1986, p. 264). Ou seja, ser querido ou não, desde nossa mais remota existência, imprime em nosso ser os sinais que darão direção ao nosso existir e coexistir. O filósofo alemão continua sua reflexão propondo uma antiga parábola:

A autointerpretação da presença como “cura” foi apresentada numa antiga fábula. Certa vez, atravessando um rio, “cura” viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a lhe dar forma. Enquanto refletia sobre o que criara, interveio Júpiter. A cura pediu-lhe que desse espírito à forma de argila, o que ele fez com bom grado. Como a cura quis então dar seu nome ao que tinha dado forma, Júpiter a proibiu que fosse dado o nome. Enquanto “Cura” e Júpiter disputavam sobre o nome, surgiu também a terra (tellus) querendo dar seu nome, uma vez que havia fornecido um pedaço de seu corpo. Os disputantes tomaram Saturno como árbitro. Saturno pronunciou a seguinte decisão, aparentemente equitativa: “Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito e tu, terra, por teres dado o corpo, deves receber o corpo. Como, porém, foi a ‘cura’ quem primeiro o formou, ele deve pertencer à ‘cura’ enquanto viver. Como, no entanto, sobre o nome há disputa, ele deve se chamar ‘homo’, pois foi feito de húmus (terra) (HEIDEGGER, 1986, p. 264).

Heidegger nos propõe uma reflexão muito rica no que tange ao cuidado que já deve existir quando se deseja algo, e que querer é se responsabilizar com o todo

do que queremos, desde a intenção, passando pela existência terrena e culminando com o ocaso da materialidade. Ou seja, quando queremos, devemos ter plena consciência de que este querer se responsabiliza pela plenitude do que é querido. Desde que um casal, mesmo antes de formar efetivamente uma família, enquanto apenas namorados, sonha com seu futuro e projeta esse futuro, já ali começa a preparar o que e como serão seus filhos. Na sutileza dessa atitude romântica, já se começa, de certa maneira, a criar aqueles que um dia serão de fato seres humanos nascidos no seio de uma família que os quis primeiro enquanto sonhava ser família e já aí em seu coração os concebia. Leonardo Boff, comentando essa mesma parábola faz a seguinte afirmação:

O cuidado é aquela condição prévia que permite o eclodir da inteligência e da amorosidade, o orientador antecipado de todo comportamento para que seja livre e responsável, enfim, tipicamente humano. Cuidado é gesto amoroso para com a realidade, gesto que protege e traz serenidade e paz. Sem cuidado, nada que é vivo sobrevive. O cuidado é a força maior que se opõe à lei da entropia, o desgaste natural de todas as coisas, pois tudo o que cuidamos dura muito mais (BOFF, 2003, p. 22).

Boff nos ajuda a refletir que cuidar é dar sentido à existência do outro, a partir do sentido que essa existência é parte do meu existir, e por isso plenifica a mim e ao outro. Ao falar do cuidado humano, remetemos para uma tarefa urgente quanto fascinante. Urgente, pois nos remete a uma das grandes chagas dos tempos modernos, ou seja, a falta de cuidado (BOFF, 1999, 17). O tema é fascinante porque reporta a questões que dizem respeito à própria condição humana. Desta maneira, ao falar de cuidado estamos lidando com o princípio mais básico da vida e identidade humana, uma vez que não há possibilidade de nos tornarmos humanos sem o cuidado de outro. (OLIVEIRA; HEIMANN, 2005, p. 79).

Leonardo Boff reconhece o cuidado como um modo-de-ser essencial, que envolve a essência humana (1999, p. 33). É uma definição ontológica, que aponta para um cuidar que pressupõe uma ação integral do ser humano, no momento em que ele sai de si mesmo e se centra noutro sujeito com desvelo e solicitude, numa ação não meramente técnica e pontual. Cuidar é muito mais do que um ato isolado

ou um momento de atenção, zelo ou desvelo de um sujeito por outro, mas “representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (BOFF, 1999, p. 33).

Quando um filho nasce da inteligência, enquanto ser ainda somente pensado, e passa pela amorosidade onde é querido, desejado e amado, sua existência afetiva se dará como parte de um todo que antes mesmo de se materializar já era fruto do amor de seus pais. Por isso, gerar um filho é gerar compromisso vitalício, no sentido de se comprometer com toda a vida desse filho também como ser a ser cultivado, pois em uma relação não pode se buscar no outro a satisfação de carências, e sim o cultivo de uma relação. O ser humano não é algo a ser consumido em função de satisfações particulares, como se faz normalmente com bens materiais e objetos de usos diversos. O cultivo oferece as possibilidades de frutos perenes, enquanto que o consumo desgasta e pode abreviar a existência daquilo que é consumido em um tempo muito curto. Enquanto ser cocriador com Deus (SANCHES, 2007, p. 140), a primeira necessidade para sê-lo é o amor pelo que cria de maneira relacional e não como posse. Ou seja, criamos não para tê-los, mas para conviver com o que criamos gerando cada vez mais vida e plenitude.

Esse ser pleno, sempre o será a partir do ambiente em que é gerado. Como afirma Sanches: “Evocar a inter-relação da natureza com a cultura é evidenciar como o ser humano se faz gente numa determinada cultura.” (Sanches, 2004, p. 99). Percebemos então que esse ser querido não pode ser querido exclusivamente por um pai e uma mãe. Ele faz parte de todo um contexto que influenciará na construção de seu caráter, bem como na forma de suas relações interpessoais. Não fará parte apenas de um trio composto por ele, sua mãe e seu pai. Será parte de uma comunidade maior, que transcende sua família. Será parte de um povo, de uma cultura, de uma nação e, provavelmente, de uma religião com usos e costumes que delinearão sua conduta e participação como membro desse grupo. E mesmo que no desenrolar de sua vida se identifique como ateu, isso também é fruto de sua experiência em sua sociedade.

O único animal que cuida de sua mesma espécie para entrar numa existência adulta e que necessita de cuidado para abandonar a mesma existência é o animal humano. E, ainda mais, durante toda a existência cuida e é cuidado por seus semelhantes. A medicina é fruto dessa necessidade de cuidar no início, no transcurso e no final da existência humana. Segundo Alarcos (2006, p. 220-221), esse dado que nos é oferecido pela observação da vida animal diante do mundo humano é uma base sólida para fundamentar um princípio de beneficência que supera a mera obrigatoriedade como dever externo.

Nesse sentido, a reflexão a respeito do cuidado, já a partir de um projeto de parentalidade se faz evidentemente necessário. Pois, percebe-se que verificar as consequências das relações que antecedem e perpassam a geração de um ser humano, ou, de como o ser humano é querido e gerado, ou se primeiro gerado e depois querido, podem refletir em sua existência, são de suma importância. Se a geração de um filho é fruto de uma vontade exterior a dos pais, como vontade de um deus que propiciará a purificação daquele que gera e cuida, o ato amoroso por parte de quem gera os filhos pode correr o risco de cair num conceito de ação determinada por fatores externos a vontade amorosa de quem gera, impondo ao ser gerado uma espécie de culpa por ter sido um meio e não um fim. Tais questões nos impulsionam a muitas direções.

2 A religião como meio de reflexão

A difícil missão de buscar respostas não pode nos introduzir em um labirinto sem saída. A partir disso, entendemos que a religião tem forte apelo na maneira com que o ser humano se relaciona com o projeto de parentalidade. A influência religiosa no projeto de parentalidade é o principal objeto de estudo desse artigo. Quando se fala da vida e do seu valor, é através da visão religiosa que podemos alcançar com grande profundidade uma reflexão que nos leve ao sentido de sua existência, nunca como meio, mas como fim. As visões religiosas que serão

apresentadas nesse artigo nos darão a possibilidade de perceber a relação transcendente do que pode significar o tema da geração da vida. Quando se fala de gerar vida, no sentido da geração dos filhos, teremos então um vasto campo de estudo.

Apesar da existência de muitas tradições religiosas, optamos nesse artigo por algumas. O critério para tal escolha foi a maior facilidade aos textos que nos permitem conhecer as normas que dirigem seus fiéis, e também por serem as cinco tradições religiosas mais conhecidas. São elas: O Hinduísmo, o Budismo, o Islamismo, o Judaísmo e o Cristianismo. Não se trata de fazer comparações ou juízo de valores, mas de reconhecer na diversidade dessas culturas a importância do projeto de parentalidade. Entretanto, daremos aqui maior ênfase à visão do Cristianismo na perspectiva católica.

Começemos então pelo Hinduísmo a partir do comentário de Hans Küng (2004, p. 55):

Uma religião alegre de verdade, que sob a lua cheia da primavera celebra a festa de Holi, a última festa no calendário hindu, que encerra a colheita de inverno: as pessoas expressam seus votos de felicidade pelo começo da primavera e trocam presentes. Uma festa da renovação da vida. Até as rígidas barreiras sociais ficam suspensas por algum tempo.

Uma fé que celebra a vida, com certeza tem muito a nos dizer a respeito do tema que aqui refletimos. O Hinduísmo nos oferece Vixnu, que na sua origem é o deus sol e com seu raio penetrante faz viver e sustenta tudo o que existe. Percebemos aqui o cuidado. Ele é propriedade divina que traz equilíbrio e sustento para toda existência e em sua benevolência medita, preserva e dá equilíbrio ao mundo (SAMUEL, 1997, p. 88). A beleza do cuidado no Hinduísmo transcende a humanidade. Seu valor é supra-humano, e por isso deve ser refletido na humanidade em sua existência e, portanto, nas relações com o outro. Vixnu é também representado em outras formas, mas sempre ligado ao cuidado e manutenção da vida. No terceiro capítulo do Bhagvad Gita, intitulado Yôga de ação, n.º 5, Krishna afirma ao Príncipe Arjuna: “Ninguém pode existir um só momento

sem agir; a própria natureza o compele a agir, mesmo sem querer; pensar também é agir no mundo mental.” Essa afirmação da divindade Hindu chama a atenção para o fato de que o pensar já desencadeia uma ação. Ou seja, se cada ação demanda responsabilidade, já a partir do pensamento sou responsável pelo que penso. Aqui também podemos dar sentido à responsabilidade parental que se inicia no pensar em ser pai e mãe. A beleza desse pensamento-atitude se revela em um compromisso existencial, mas não somente preso à materialidade, e sim já a partir da vontade, da intenção. Trata-se de um existir sendo querido, desejado e intencionalmente amado, e por isso pleno.

A beleza de uma existência vista por essa perspectiva se dá no sentido de que, sabendo-se amado, a existência desse ser, apesar de todos os percalços e dificuldades com que ele conviverá, poderá sentir-se pleno e desfrutar da beleza de sua existência a partir da sua realidade.

Para o Budismo, a forma de evitar o sofrimento é o desapego de todo desejo ilusório. Entretanto, não se trata de descuido ou descaso como afirma Küng (2004, p. 153):

Essa doutrina budista do não-eu, portanto, não é uma doutrina metafísica. Isso por princípio o Buda rejeita. O que ele deseja é ajudar para que se possa chegar à experiência pessoal de uma maneira inteiramente ética e prática: da prisão do próprio eu na ganância, no ódio e na cegueira, deve o homem voltar-se para a renúncia de si, distanciando-se do egocentrismo do eu, que não tem substância. E assim, entre os budistas também se discute se o eu é apenas não é nada sólido, imutável e substancial ou se na verdade ele nada possui de real. Pois a autorrenúncia, no sentido ético, também não é estranha ao cristianismo. Podemos ler na Bíblia: “Aquele que procura preservar a sua vida há de perdê-la” (Lc 17,33). Essa é uma tese fundamental para o diálogo entre budistas e cristãos.

No Budismo nada é criado, pois tudo não passa de ilusão e a única realidade é a dor universal. Tal realidade pode ser iluminada pelas quatro nobres verdades:

A vida é sofrimento (*dukkha*): tudo é passageiro, só a iluminação é alegria que não passa. O sofrimento possui uma causa, a saber, o desejo, ou a “sede”: a ilusão do eu cria afeto e aversão. O sofrimento pode ser destruído: rompe-se o ciclo do sofrimento desfazendo-se a ilusão do eu. (SHERER, 2005, p. 40).

Se analisarmos superficialmente, pode parecer que não há cuidado com o ser humano. Contudo, o nirvana budista se dá quando o ser é absorvido pelo absoluto. Ou seja, em linguagem cristã, deixa-se amar e amar absolutamente. Esvaziar-se de apegos dá ao ser humano a liberdade de ser humano na sua essência. Para uma cultura capitalista, obviamente isso é impossível e soa como absurdo, pois no capitalismo, a realização pessoal se dá na capacidade de consumir, de comprar, de adquirir bens móveis e imóveis. Contudo, sabemos que não é o que temos que de fato pode dizer o que somos. Se a riqueza material tiver status, parâmetro de juízo de valor, aqueles que enriquecem de maneira antiética, imoral e ilegal, poderiam ser incluídos nas listas de santos e de santas, assim como nas listas de heróis da história universal. Se bem que no que tange à história, também é sabido que quem a conta é quem vence a batalha, e isso nem sempre ocorre de maneira ética. Contudo, para o Budismo, o que tem valor no ser humano, é a sua essência, e por isso o desapego é fundamental. Mas desapegar-se não é descuidar-se. Hans Küng (2004, p. 161) nos mostra que no Budismo:

Não violar a integridade corporal; não violar a posse e a propriedade; não violar a propriedade em palavras e em ações; não violar a fidelidade conjugal. Essas quatro ou cinco regras éticas (*sila*) como que constituem um compêndio da moral budista. Em muitos mosteiros, elas são recitadas pelos monges após a “fórmula de refúgio”, e pelos discípulos leigos, para confirmar sua conversão. A isso se acrescenta ainda no Budismo a Regra Áurea contra todo egoísmo: “Como posso fazer a alguém alguma coisa que não deve ser feita a mim mesmo”?

Sendo assim, podemos perceber que o esvaziamento se dá no sentido da posse e do desrespeito com os outros e com o mundo. Se quisermos o bem para nós, isso se dá na relação amorosa e respeitosa com o outro. No que tange ao projeto de parentalidade, essa perspectiva nos dá clareza que aqui o cuidado pleno tem seu fundamento no relacionamento com a essência do ser humano na sua relação com os outros e com o mundo. Não é desligar-se nem desapegar-se absolutamente de tudo e de todos, mas de relacionar-se adequadamente com sua totalidade que também se projeta em sua relação com os outros e com o mundo.

O Islamismo trata a vida de forma totalmente sagrada, pois a vida toda é regida pelo Alcorão e nada escapa ao cuidado de Deus que está tão próximo quanto

nossa veia jugular (SAMUEL, 1997, p. 237). Ou seja, a sacralidade da vida é refletida a partir do cuidado com que o próprio Allah tem dela. É a partir do cuidado divino conosco que devemos refletir o cuidado com tudo que nos cerca e que perpassa todos os seus momentos. Entretanto, há limites muito bem marcados no que tange aos direitos da mulher e do homem. Como observa o professor Abdulaziz Sachedina, devido à necessidade inalienável de um filho ser fruto de uma relação conjugal legítima. Na Sura 4:15 está escrito assim: “Aqueles de vossas mulheres que cometerem adultério, então fareis testemunhar contra elas quatro de vós. E, se o testemunharem, retende-as nas casas, até que a morte lhes leve a alma, ou que Allah lhes trace um caminho.” Percebe-se nessa Sura, que se houver problemas de fertilidade por parte do esposo, não será aceita a fertilização com a participação de outro homem.

Quando abordamos Judaísmo e Cristianismo, temos uma fonte comum que trata do tema parentalidade. Essa fonte é o Antigo Testamento para os cristãos, e a Torá para os Judeus. Observamos nesse contexto que a fertilidade é uma benção divina. Ao consultar a palavra filho na versão em CD-ROM da Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB) encontramos 2091 ocorrências do termo. Segundo Charpentier (1980), o Antigo Testamento sofre grande influência das culturas egípcia e suméria. Podemos observar, por exemplo, o caso de Abraão (Gen 16) que por causa da infertilidade de Sara, tem relações sexuais com Agar, uma escrava. Esse direito que promove a continuidade de sua descendência já é previsto pelo Código de Hammurabi (Séc. XVIII a.C.), nos parágrafos 145 a 149. É possível observar que a partir da legislação vigente, só nesse caso é permitido ao esposo fecundar outra mulher que não seja sua esposa, pois se trata da valorização da descendência paterna. Não se leva em consideração a infertilidade masculina¹, bem como não se concebe a participação de outro homem na fertilização da mulher, por se tratar de adultério. Entretanto, o que fica claro é o fato de que ter um filho é um bem supremo e inigualável.

¹ Sabe-se que o sêmen para essa época era já um ser humano em miniatura, que simplesmente era depositado na mulher, para crescer em seu seio. Essa visão perdurou vários séculos em todas as culturas e o processo de fecundação do óvulo pelo esperma só foi descoberto no século XIX.

Abraão não se preocupava tanto com outras coisas quanto com a promessa por uma descendência vigorosa e incontável. Um filho legítimo, nascido da união entre o esposo e a esposa, apesar da possibilidade de uma escrava gerar filhos para o casal, é o sinal legítimo da bênção de Deus e certeza da continuidade da família e da permanência dos bens conquistados na família. Para Abraão não adianta nada receber muitas bênçãos de Deus e não ter um herdeiro legítimo (Gn 15). É importante observar que o amor à descendência não se compara com posses. O filho querido por Abraão é o único digno de desfrutar do resultado do esforço de toda uma vida. Esse filho é querido e amado muito tempo antes de ser efetivamente gerado. Potencialmente já existia na vida de Abraão e Sara, fazendo parte de seus mais remotos planos. Uma casa de família repleta de filhos é sinal da bênção de Deus que eterniza na descendência o amor do casal que os gera, ama e educa. Tal é a importância dada à descendência na história de Abraão que toma os capítulos 15, 16, 17, 18, 21 e 22 do livro do Gênesis.

Outro caso interessante contado também dentro do livro do Gênesis é o de Onan (Gn 38,7-11), que em função da Lei do Levirato (Dt 25,5-10), deveria assumir o lugar de seu falecido irmão Her como esposo de sua cunhada Tamar. Isso garantiria a continuidade da família do falecido, bem como a manutenção de suas propriedades. A bênção de ter filhos aqui está ligada à continuidade da família também ao que concerne à manutenção e aumento dos bens materiais. Podemos observar nessa evidência, uma forte ligação com a teologia da retribuição. Ou seja, a família era próspera devido à bênção de Deus por seu cumprimento à lei divina.

Não ter filhos nessa concepção, era um forte indício de pena (Jó 1,18-19). No caso de Jó, seus filhos lhe são tirados, e isso era considerado um grande castigo. No caso de Abraão, observamos a grande dificuldade em gerar um filho, e essa dificuldade é geradora de muito sofrimento. Contudo, Deus age e enfim nasce Isaac (Gn 21) o filho da promessa. Seu próprio nome indica a grande alegria e surpresa que é seu nascimento, apesar da espera e da fé de Abraão. Em Isaac se materializa toda a descendência de Abraão na linha judaica. Isso porque para o Islamismo, a descendência de Abraão se estende a partir de Ismael, o filho de Agar. Seja como

for, a felicidade da descendência através no nascimento do primogênito, é para Abraão a consumação de sua história, que se eterniza a partir do nascimento de seu filho.

Já nos Evangelhos, Deus se revela através de seu filho, Jesus, que nasce pela ação do Espírito Santo do seio da Virgem Maria. A descendência divina introduzida no mundo através de Jesus Cristo é portadora de redenção e salvação. É Boa Nova que vem mostrar que Deus está presente fisicamente entre a humanidade através de Jesus Cristo, e que seu Reino está no meio de nós. Em Jesus Cristo Deus Pai celebra através do nascimento de seu Filho, o renascimento da humanidade inteira. Quer dar a toda humanidade a consciência desse amor criador que se dá em relação com a natureza humana e na humanidade de seu ser divino manifestado na pessoa de Jesus Cristo que não é somente o profeta do Reino de Deus, mas principalmente o Filho de Deus que revela a todos nesse Reino que a todos acolhe. É na pessoa do filho que Deus Pai revela seu amor. É em Jesus Cristo que Deus se compadece radicalmente de nossas dores e esperanças. Jesus é a presença viva do amor de Deus pela humanidade, pois se sente assim e demonstra através de todos os seus atos nessa presença amorosa e cuidadora que reflete como Deus Pai quer que a humanidade se relacione como Ele.

3 A busca do sentido

Em meio a tantas questões que podemos considerar, gostaríamos de tratar da questão do sentido último da existência do ser humano. Pois, a nosso ver, toda discussão a respeito da parentalidade não pode se abreviar no que tange somente ao seu início, devido ao fato de que alguém se torna pai e mãe a partir da concepção de um filho e não somente nela, e como o projeto de parentalidade se situa no contexto da religiosidade humana. Trata-se aqui da relação subsequente e contínua com o ser gerado pelo amor parental consciente da ação divina nesse processo e suas consequências. Tal preocupação vem à tona devido ao fato da ocorrência de

todo tipo de violência que diariamente vemos publicadas em jornais e noticiários, e que questionam constantemente a pregação do amor ao próximo.

Que dignidade tem se dado às crianças já nascidas e introduzidas no seio de uma sociedade? Tem-se oferecido belos discursos no que tange ao cuidado com o meio ambiente e com os outros animais, o que obviamente é extremamente importante, pois se trata da convocação divina para que o ser humano cuide de toda a criação (Gn 1,27-31). Do cuidado com o ser humano é que se torna possível a continuidade do cuidado com o meio ambiente. Como afirma Leonardo Boff (2003, p. 24):

É o sonho da inclusão de todos na família humana, morando juntos na mesma e única Casa Comum, a Terra, o sonho da integração de todas as culturas, etnias, tradições e caminhos religiosos e espirituais no patrimônio comum da humanidade, o sonho de uma nova aliança dos humanos com os demais seres vivos da natureza, entendendo-os verdadeiramente como irmãos e irmãs na imensa cadeia da vida, da qual somos um elemento entre outros, o sonho de uma economia política do suficiente e do decente para todos, também para os demais organismos vivos, o sonho de um cuidado de uns para com os outros a fim de exorcizar definitivamente o medo [...].

Entendemos que a vida deve ser considerada em seu valor total. Por isso, insistimos na importância de um projeto de parentalidade que contemple a formação de um ser humano que experimenta o amor de seus pais em potência e depois em ato, ou seja, ser amado desde quando planejado. Trata-se de uma cultura do amor dentro de qualquer outra cultura, pois sabemos o quanto o ser humano é marcado pela cultura, como afirma Sanches (2004, p. 100), “a cultura marca profundamente o ser humano”. E ainda na afirmação de Junges (2005, p. 87):

A visão relacional é indispensável para a Bioética, pois a vida humana é essencialmente tecida por uma trama de relações com o mundo, os outros e o absoluto. Não se pode compreender e respeitar a vida pessoal sem levar em consideração essa trama. A defesa e a promoção da vida humana estão intimamente ligadas às relações que a sustentam. Qualquer problema e desafio nos quais está implicada a vida de uma pessoa comporta sempre uma consideração pelas relacionalidades envolvidas.

No seio dessas relações está a relação com Deus, pois é a partir de nossas relações terrenas que podemos compreender nossa relação com o transcendente. Tal relação faz parte da inteireza do ser humano e através da religião ela ocorre no

seio de uma comunidade de fé que se sustenta, se educa e se apoia. Como afirma Rampazzo (1996, p. 54): “A religião faz parte do ser do homem: sem ela, o homem fica mutilado da dimensão fundamental da própria existência”. Tal mutilação tem se revelado a partir da crueldade e descuido com toda a criação divina, como também na forma com que o próprio ser humano tem tratado a si mesmo. Mas, será que confessar uma religião é garantia de uma consciência de pleno cuidado e respeito à vida?

Não obstante a isso, o elemento religioso quer proporciona ao ser humano uma visão integral e integrante a respeito da vida de uma maneira relacional e cuidadosa, onde se constrói identidade e em favor da dignidade da vida. Se buscarmos uma teologia bíblica do homem, segundo Vaz (1991, p.63) veremos que: “A unidade do homem é pensada não numa perspectiva ontológica, mas soteriológica”. Entretanto, quando percebemos a crueldade com que o ser humano trata a si próprio, nos parece claro que a maior busca se dá em salvar-se de sua própria crueldade como fator de fragmentação e dualismo do seu próprio ser. Vaz (1991, p. 63) ainda nos indica que:

Não obstante certas contaminações gnósticas que alguns autores pensam descobrir em fórmulas do NT, o que separa radicalmente a concepção bíblica da unidade do homem de qualquer forma de dualismo ontológico é o fato de que a linguagem bíblica sobre o homem não se refere a naturezas que nele se oponham, mas a situações existenciais que traduzem as vicissitudes de seu itinerário em confronto permanente com a iniciativa salvífica de Deus e com a sua Palavra.

A presença salvífica de Deus na existência humana se revela como presença de cuidado e amor, e quer nos ensinar como devemos tratar a vida como um todo. O Documento de Aparecida nos mostra como essa presença pode nos influenciar na maneira como nos relacionamos com a parentalidade quando afirma que “na comunhão de amor das três Pessoas divinas, nossas famílias têm sua origem, seu modelo perfeito, sua motivação mais bela e seu último destino” (DAP 434). É no entrelaçamento da relação trinitária que podemos obter o melhor exemplo de parentalidade, pois na Trindade tudo é querido, criado, redimido e cuidado.

Assim ocorre com um filho querido e amado por um casal que o deseja, planeja e espera sua chegada e durante sua vida será reflexo desse amor que o quer e dele cuida mesmo antes de sua existência efetiva. O amor tem esse poder de criar mesmo que aparentemente seja impossível.

4 Co-criadores

Diante da beleza da possibilidade de sermos cocriadores com Deus quando assumimos adequadamente o projeto de parentalidade, nos deparamos com a realidade de muitos casais que se amam, mas, por algum problema ou dificuldade não consegue realizar o sonho da parentalidade. As ciências têm evoluído muito no campo da medicina e os estudos a respeito de tratamentos que preocupam com a fertilidade têm avançado em grande proporção. Entretanto, há que se cuidar com abusos e descuidos com a dignidade da vida em toda sua plenitude e com quem de fato é o ser humano nesse processo, como afirma Sanches (2007, p. 141):

Avaliando o ser humano como co-criador criado, assume-se em princípio uma atitude positiva frente às ciências e a todo o avanço da biotecnologia. Uma atitude positiva não significa que tudo e qualquer coisa que seja feita pelas ciências será avaliada positivamente, mas significa que de fato o ser humano tem a missão de desvendar os mistérios da natureza e, ao desvendar a realidade, impõe-se ao compromisso de uma intervenção. Uma vez que o conhecimento é adquirido, a intervenção se faz necessária. De modo algum a pessoa humana estará roubando o espaço de Deus na criação quando inventa novas técnicas para conhecer e intervir na criação, pelo contrário, ela está apenas sendo fiel à missão dada pelo próprio criador, ela está exercendo algo inerente ao seu ser como um ser criado co-criador.

Esse ser que toma decisões – membro da espécie *homo sapiens* – é distintivo no tocante a seis características importantes: consciência, autoconsciência, a capacidade de fazer avaliações, a capacidade de tomar decisões com base nestas avaliações, a capacidade de agir livremente de acordo com estas decisões e a capacidade de assumir responsabilidade por tal ação. Tal ação autoconsciente e livre torna-se uma espécie de atividade criadora, um co-criar com Deus. Os seres humanos não podem atribuir-se arrogantemente o mérito de serem cocriadores; foram criados cocriadores (HEFNER, 1999, p. 327).

Ao aceitar o ser humano como cocriador, deve-se também aceitar que “o criar de Deus é a norma para o co-criar humano. Não no sentido de que o *homo sapiens* deva igualar sua atividade à de Deus, mas no sentido de que atividade humana é perversa se não se qualificar, afinal, como participante na extensão da vontade primordial de criação de Deus” (HEFNER, 1999, p. 328). Isso impõe aos seres humanos uma tomada de consciência dos limites de sua ação e da possibilidade de utilizar o poder co-criador como poder devastador e destruidor, caso eles se coloquem como senhores absolutos de tal poder.

Entretanto, ser cocriador não significa ter o direito de decidir quem vive e quem morre. Junges (1999, p. 117) afirma que:

É necessário ser coerente no apreço à vida. Não se pode, por exemplo, lutar contra o aborto e ser a favor da pena de morte. Todo tipo de discriminação é uma forma velada de desvalorização da vida, porque afirma que a vida de uns vale mais que a de outros.

No capítulo 21 do Livro do Gênesis, observamos que após o nascimento de Isaac, Sara pede a Abraão que despeça Agar a escrava, que por vontade de Sara uniu-se carnalmente com Abraão e gerou Ismael. Não podemos deixar passar despercebida a crueldade desse ato que apesar de culturalmente ser possível naquela época, não pode ser tomado como exemplo que possa justificar outras crueldades. No versículo 11 desse capítulo observamos que “isso desagradou muito Abraão por causa de seu filho Ismael”. Nossas paixões nunca podem ser o que decide nossas ações. Se as ciências possibilitam intervenções que possam facilitar processos ou resolver problemas que interferem na possibilidade da geração de filhos, essas intervenções sempre devem ter à sua frente que a vida não é um meio e sim um fim. E se pela fertilização queremos gerar vida, dela não pode resultar a morte, seja como for. Como afirma Sanches (2007): “A criatividade humana e o controle sobre a natureza devem ser exercidos em resposta a esse chamado divino, deve “imitar os modos divinos” e se colocar a serviço da “causa divina.” E sabemos que Deus é gerador de vida.

Mas e os casos de impotência, como são vistos pela doutrina católica? Como um casal católico deve se comportar diante de tais problemas? Poderá esse casal buscar apoio médico para resolver seu problema de fertilidade? Poderá de fato alguém externo à relação entre o casal, mesmo que seja a religião, interferir em uma decisão tão pessoal?

H. Tristran Engelhardt, Jr, em sua obra *Fundamentos da Bioética cristã ortodoxa* (2003) fala do matrimônio tendo principalmente como função a busca da salvação do casal. Mas como esse casal pode salvar-se da tristeza da não realização do desejo de gerar filhos? Vimos na história de Abraão e Sara que esse anseio do casal faz parte da preocupação de Deus com a realização da felicidade plena dos cônjuges que se completa com a geração dos filhos.

Se buscarmos no Código de Direito Canônico o cânon 1084 §1, temos a seguinte afirmação: “A impotência para copular, antecedente e perpétua, absoluta ou relativa, por parte do homem ou da mulher, dirime o matrimônio por sua própria natureza.” Ou seja, para essa perspectiva, que fora do círculo religioso católico é posta em questionamento a função do matrimônio é principalmente gerar filhos, conforme o cânon 1055 § 1:

O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio de toda a vida, por sua índole natural ordenando ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, entre batizados foi por Cristo Senhor elevado à dignidade de sacramento.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, em seu número 48, também contempla a função procriadora da família: “O instituto do matrimônio e o amor dos esposos estão pela sua índole natural ordenados à procriação e à educação dos filhos em que culminam como uma coroa.” De fato, os filhos, quando gerados a partir do amor de um casal que vive seu matrimônio dignamente, são aquilo que reluz, sua joia mais cara, seu bem mais precioso e a razão de seu viver.

Entretanto, podemos observar ainda no cânon 1084 § 3, que a esterilidade “não proíbe nem dirime o matrimônio, a menos que tal dificuldade tenha sido

intencionalmente omitida antes do matrimônio” (cf. Cân. 1098). Obviamente o amor de um casal transcende à função procriadora. O matrimônio é ato embasado no amor, e por ele deve ser conduzido de forma que a impossibilidade de gerar filhos não se torne motivo de desunião, desrespeito, adultério e separação do casal. Ora, em uma relação embasada nos pressupostos do Matrimônio como Sacramento da Igreja Católica, antes de se tornarem pai e mãe, os dois se conhecem e se amam como pessoas humanas que buscam viver plenamente sua existência e assim se projetam na formação de uma família.

O Papa Bento XVI, em sua Carta Encíclica Deus é Amor, no número 10 (2005), afirma que:

O amor apaixonado de Deus pelo seu povo – pelo homem – é ao mesmo tempo um amor que perdoa. É tão grande, que chega a virar Deus contra Si próprio, o seu amor contra a sua justiça. Nisto, o cristão vê já esboçar-se veladamente o mistério da cruz: Deus ama tanto o homem que, tendo-Se feito Ele próprio homem, segue-o até à morte e, deste modo, reconcilia justiça e amor. O aspecto filosófico e histórico-religioso saliente nesta visão da Bíblia é o fato de, por um lado, nos encontrarmos diante de uma imagem estritamente metafísica de Deus: Deus é absolutamente fonte originária de todo ser; mas este princípio criador de todas as coisas – o Logos, a razão primordial – é, ao mesmo tempo, um amante com toda a paixão de um verdadeiro amor. Deste modo, o eros é enobrecido ao máximo, mas simultaneamente tão purificado que se funde com a ágape.

Se como suas criaturas somos a imagem e semelhança de Deus, de maneira semelhante podemos refletir o relacionamento homem e mulher na efetivação do amor conjugal que se dá através desse processo que vai de eros a ágape em sentido à plenificação da presença que se revela numa relação onde um se envolve com o outro e nele se realiza como amor. Entretanto, não pretendemos com isso relativizar a dor daqueles que não podem ter filhos, e sim propor uma reflexão a partir do amor que Deus tem pelo ser humano. A busca por soluções que permitam vencer dificuldades é como já afirmado anteriormente, cumprir nossa função de co-criadores com Deus na história da salvação que passa por toda a realidade humana.

Considerações finais

Nesse artigo, buscamos refletir sobre o valor inestimável da vida e da importância do planejamento da parentalidade. Esse processo de construção da vida que vai do encontro de duas pessoas humanas que se identificam e se compreendem como quem quer ser esposo e esposa e conseqüentemente pai e mãe, culmina no encontro de corpos que num ato de amor se tornam uma só carne. Gera e dá vida a outro ser humano que será fruto de um ato de amor que se eterniza na existência da vida. Vida essa que gera mais vida por viver consciente de que é amada e querida. E devido a isso também se sente motivada a amar e gerar mais vida no amor e com amor.

Querer ser pai e mãe implica em assumir responsabilidades e riscos que muitas vezes passam despercebidos diante da possibilidade ou da falta dessa possibilidade. Não se trata de um simples instinto que nos impulsiona a preservar nossa espécie, mas de um ato de amor que deseja se materializar na existência do que é querido e amado. Esse artigo não pretende esgotar de forma alguma a discussão a respeito da parentalidade refletida a partir da religião. Pelo contrário, pretende sim dar início a um longo processo que permitirá à Bioética e à Teologia dialogar com as diferentes perspectivas a respeito desse riquíssimo tema. Trata-se de uma breve provocação que poderá despertar o interesse cada vez maior pela pesquisa desse riquíssimo tema que traz em seu seio muitas questões que só poderão ser respondidas a partir de uma visão do ser humano como um todo repleto de vida e convidado por Deus a ser cuidador dessa vida, o mais caro presente que de Deus recebemos.

As reflexões que aqui buscamos nos dão clareza de que a humanidade necessita reconhecer cada vez mais que, quem é gerado no seio de uma família que lhe acolhe com amor e lhe dá os devidos referenciais que servirão de baliza para uma existência e um convívio saudável em comunidade, se perceberá amado e querido. O projeto de parentalidade poderá evitar situações em que por falta de planejamento, venha a se pensar em aborto ou de abandono de crianças que

acabam não tendo voz e vez no que diz respeito ao seu destino. Cuidar da vida em toda sua plenitude é cuidar da nossa própria existência. Vimos nas diversas perspectivas religiosas aqui comentadas o valor transcendente da vida que nos é dada para que nela possamos nos realizar como plenamente humanos. Que nossa consciência sempre esteja atenta ao fato que a minha vida nunca pode ser considerada como mais valiosa do que a do outro, mas como geradora e cuidadora dessa vida.

REFERÊNCIAS

- ALARCOS, Francisco J. **Bioética e pastoral da saúde**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ALCORÃO SAGRADO. Versão de Helmi Nasr. São Paulo: USP, 2005.
- BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica Deus caritas est do Sumo Pontífice aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre o amor cristão**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHARPENTIER, Etienne. **Para uma primeira leitura da Bíblia**. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1986.
- CONCÍLIO VATICANO II. A Igreja no mundo de hoje: constituição pastoral **Gaudium et Spes**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- ENGELHARDT JR. H. Tristran. **Fundamentos da bioética cristã ortodoxa**. São Paulo: Loyola, 2003.
- EPICURO. **Pensamentos: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- HAMURABI [Rei da Babilônia]. **Código de Hamurabi**. Tradução de Leonard William King. São Paulo: Madras, 2005.
- HEFNER, J. Philip. A criação. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (Ed.). **Dogmática cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. V. 1, p. 277-362.

- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte 1. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Código de direito canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- JUNGES, José Roque. **Bioética**: perspectivas e desafios. São Leopoldo: Edições Unisinos, 1999.
- KRISHNA. **Bhagavad Gita**: a sublime canção. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.
- O ALCORÃO. **Alcorão sagrado**. Versão traduzida por Mansour Challita. Rio de Janeiro: Gi-bran, 1982.
- OLIVEIRA, Roseli M. Kühnrich de; HEIMANN, Thomas. Cuidando de cuidadores: um olhar sobre os profissionais de ajuda a partir do conceito de cuidado integral. In: NOÉ, Sidnei Vilmar (Org.). **Espiritualidade e saúde**: da cura d'almas ao cuidado integral. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2005. p. 79-98.
- RAMPAZZO, Lino. **Antropologia, religiões e valores cristãos**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SAMUEL, Albert. **As religiões hoje**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SANCHES, Mario Antonio. **Bioética**: ciência e transcendência. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SANCHES, Mario Antonio. **Brincando de Deus**: bioética e as marcas sociais da genética. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- SHERER, Burkhard. **As grandes religiões: temas centrais comparados**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. v.1.
- V CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Discípulos e Missionários de Cristo, Caminho, Verdade e Vida**. Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus; Paulinas; Edições CNBB, 2009.
- WINNICOTT, Donald W. **Tudo começa em casa**. Tradução Paulo Sandler. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.